



Jornal do Simesp

Nº 41 • Publicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo • mai-jun / 2019

Pág. 3

Cortes na educação prejudicam novas pesquisas na área médica

Contingenciamento de 30% das verbas, anunciado pelo do governo, impactará negativamente a produção de conhecimento



Pág. 4

Emílio Ribas

Hospital passa por reforma faraônica. Funcionários e pacientes são afetados

Pág. 6

Campanha Salarial

Fique por dentro dos acordos coletivos fechados e da pauta de reivindicações para 2019

Pág. 7

Direitos dos médicos

Entenda as atualizações sobre a telemedicina no novo Código de Ética Médica

Educação extirpada

Diretoria do Simesp

Mais um direito foi retirado dos brasileiros, o da educação. O país está entre os 15 países com maior número de estudos científicos no mundo, sendo que 99% das pesquisas nacionais são realizadas em universidades públicas. Apesar disso, o Brasil corre o risco de perder esse posto de reconhecimento internacional em razão de medidas truculentas do governo Bolsonaro, que anunciou o corte de 30% de verbas das universidades federais.

Tal corte abrupto impacta diretamente na medicina, tanto no avanço dos tratamentos, quanto na carreira acadêmica dos médicos. É desse tema que se trata a matéria de capa e a entrevista desta edição do *Jornal do Simesp*. Em contrapartida ao retrocesso, o movimento estudantil se uniu a funcionários das universidades, entidades sindicais e outros setores da sociedade civil em manifestações nas capitais do país, inclusive com a adesão dos residentes da Universidade de São Paulo (USP).

Além disso, grandes hospitais de São Paulo passam por entraves que prejudicam o atendimento, o ensino e também a pesquisa. É o caso da Santa Casa e do Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER). A administração da primeira tenta terceirizar sua

UTI e demite médicos de forma extra-judicial. Já a administração do IIER, age com falta de transparência sem informar os rumos do hospital, que enfrenta uma reforma faraônica que nunca acaba.

Nesta edição, também são trazidas atualizações sobre a campanha salarial, tanto novos acordos fechados, quanto a definição da pauta de reivindicações de 2019.

Em *Direitos dos Médicos*, as atualizações sobre a telemedicina no novo Código de Ética Médica é abordado com a recomendação de que os médicos mantenham cautela com as manifestações de cunho profissional nas mídias sociais e nos meios de comunicação virtuais.

Médicas terem salário menor que colegas homens foi tema de reportagem no jornal Folha de São Paulo. Em entrevista, Denize Ornelas, secretária geral do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), explicou que, apesar da presença numericamente crescente, os espaços de poder não se abrem no mesmo ritmo, o que pode influenciar a remuneração. Já a desestruturação do Samu pautou reportagens nas TVs Globonews e Record, com entrevistas do diretor do Simesp, Gerson Salvador.

SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto** em **12 mensalidades**. Direto em nosso site!

MENSALIDADE
R\$ **59,44**

Residentes e recém-formados
MENSALIDADE
R\$ **33,02**

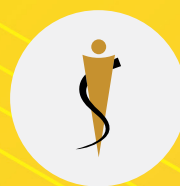
Valor especial com subsídio



Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.

Basta acessar simesp.com.br e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar: **(11) 3292.9147 - relacionamento@simesp.org.br.**



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO



RELACIONAMENTO SIMESP

11-99111-5490



/simespmedicos



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente

Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral

Denize Ornelas P. S. de Oliveira

Finanças

Diângeli Soares

Assuntos Jurídicos

Juliana Salles de Carvalho

Comunicações e Imprensa

Gerson Salvador

Formação Sindical e Sindicalização

Ademir Lopes Junior

Administração

Ederli Grimaldi de Carvalho

Relações do Trabalho

José Erivalder Guimarães de Oliveira

Relações Sindicais e Associativas

Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor

Gerson Salvador

Supervisora de comunicação, edição e redação

Nicolli Oliveira

Redação

Stéfanni Meneguesso Mota

Revisão

Eliane Domaneschi

Fotografia

BBustos

Redação e administração

Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP

CEP: 01319-000 – Fone: (11) 3292-9147

imprensa@simesp.org.br

www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design & Planning

Edição de arte, diagramação

e imagem de capa

Kisley Gomes

Circulação: estado de São Paulo

Tiragem: 5 mil exemplares

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.

Medicina é prejudicada com cortes nas universidades federais

Nicolli Oliveira

“Pesquisa com pele de tilápia da UFC no tratamento de queimados será testada pela Nasa”. “Ufal consegue patente nos Estados Unidos para pomada que cura infecções do HPV”. Manchetes como essas, de pesquisas da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal de Alagoas, respectivamente, poderão deixar de existir após o corte de verbas de 30% nas universidades federais, anunciado em abril pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como os cortes foram lineares, prejudicarão o conjunto dos estudos que estão sendo produzidos. “Há determinadas pesquisas, sobretudo as laboratoriais, que terão impacto mais imediato. O que faz com que elas sejam altamente prejudicadas, seja no seu prosseguimento ou até mesmo na sua extinção. Isso seria um duplo desperdício de recursos públicos”, afirma.

É o que sente na pele o médico André Báfica, que atua como professor de imunologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sem a possibilidade de contratação de pessoal técnico especializado, o laboratório em que atua terá dois projetos promissores paralisados, um sobre uma forma de modular a resposta imune humana contra a tuberculose e outro sobre um alvo terapêutico que atua na disseminação da doença.

A princípio, os cortes seriam destinados a três universidades devido a atitudes nomeadas como “balbúrdia” pelo ministro Weintraub. Com o argumento de

cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos, os cortes foram ampliados para outras unidades federais de ensino superior e para todas as fases da educação, incluindo a básica. De acordo com dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo (Siop), o valor do contingenciamento em todas as etapas da educação já passa dos R\$7 bilhões.

Já no início de maio, o corte foi estendido às novas bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Segundo reportagem do portal G1, o contingenciamento já fez a Capes perder R\$ 819 milhões, resultando no anúncio do corte de cerca de 5 mil bolsas de pesquisa concedidas pela instituição.

A retirada de verbas impacta diretamente nos planos de carreira acadêmica, como é o caso de Báfica. “Estou no processo de desistência de fazer pesquisas competitivas com cooperação internacional. Por exemplo, este ano reduzi as colaborações em cerca de 50%, pois não há financiamento para missões de estudos e compra de reagentes”.

De acordo com o estudo “Pesquisa no Brasil - Um relatório para a CAPES”, realizado pela empresa Clarivate Analytics, 99% das pesquisas nacionais são realizadas em universidades públicas. Além disso, o país está entre os 15 países com maior número de estudos científicos no mundo.

Cury explica que hoje existe uma grande possibilidade de levar a diante pesquisas que podem resultar em patentes e

outras formas de presença do Brasil no âmbito internacional e da efetividade do desenvolvimento nacional. Para ele, a consequência do contingenciamento será a pior possível.

Para Báfica, os avanços dos estudos básicos em medicina que estavam começando a aparecer em vários laboratórios do Brasil agora devem retroceder consideravelmente.

“O país dependerá ainda mais de medicamentos, kits diagnósticos e tecnologias importadas. A previsão é a de que o contribuinte pagará ainda mais caro por tudo isso por meio do SUS (Sistema Único de Saúde) ou do plano de saúde”.

Ainda segundo o professor da UFSC, o impacto futuro será

ainda maior, já que o corte das bolsas não permitirá o treinamento de pós-graduandos em nível avançado (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Jamil Cury acredita que, para a situação melhorar, é preciso que haja a retomada dos recursos para que as pesquisas não sejam interrompidas. Além disso, “seria importante haver uma conjugação que articularia recursos nacionais e estaduais vindos do poder público com apoio da iniciativa privada e que houvesse também uma gestão efetiva no interior das nossas universidades”.

> Leia a matéria na íntegra em nosso site: <https://bit.ly/2XINOzi>

Brasil se manifesta

Estudantes de todas as áreas e demais cidadãos se manifestaram pela segunda vez no dia 30 de maio, em mais de 100 cidades, contra os cortes na educação anunciados pelo governo Bolsonaro. Estima-se que mais de 1 milhão de pessoas tenha participado do ato. Só na cidade de São Paulo, foram cerca de 250 mil manifestantes, segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Médicos residentes aderiram à mobilização por entenderem que esse contingenciamento repercute em todos os programas de pós-graduação em que muitos médicos hoje estão inseridos.

Ainda, no dia 15 de maio, foi realizado o primeiro ato dos estudantes contra o bloqueio em todas as capitais do Brasil e em mais cerca de 150 cidades.



Dias após manifestação, servidores e residentes debateram problemas

Os servidores de diversas áreas e residentes do Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER) se reuniram em assembleia no dia 16 de maio para debater os problemas enfrentados no hospital. No encontro, foi aprovada a participação dos profissionais em audiência pública na assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no dia 5 de junho.

“Por meio da Comissão de Saúde, a ideia foi cobrar dos gestores públicos um posicionamento do estado sobre a crise do hospital e os planos para o futuro da instituição”, conta Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).

Após manifestação no dia 17 de abril, que denunciou problemas como leitos fechados, laboratório e serviço de patologia sucateados e falta de medicamentos, a Associação dos Médicos do IIER (AMIIEER) procurou a diretoria do hospital, mas não obteve resposta. Assim sendo, foi aprovado na assembleia que os profissionais procurarão a Coordenadoria de Serviços de Saúde Secretaria de Estado da Saúde (CSS-SES/SP) para cobrar uma posição.

Os servidores e residentes temem uma possível terceirização do IIER, que passaria a ser administrado por organização social



> Profissionais do IIER durante ato em prol do instituto

ou a generalização do instituto, que passaria a não ser mais especializado em doenças infecciosas. “Se uma das duas coisas realmente acontecer, toda a grandiosa

história do hospital será jogada no lixo, com o estado abrindo mão de um serviço de grande importância para a saúde pública”, ressalta o presidente do Simesp.

Mais Médicos

Prefeitura de SP culpa governo federal pela não renovação de contratos



> Médicos se manifestaram em frente à Secretaria da Saúde

Profissionais do Programa Mais Médicos, que atuam em Unidades Básicas de Saúde na cidade de São Paulo, realizaram paralisação nos atendimentos, dia 8 de maio. No mesmo dia, os profissionais se manifestaram em frente à Secretaria Municipal da Saúde, onde houve uma reunião com o secretário da pasta, Edson Aparecido.

São cerca de 50 médicos reivindicando a renovação de seus contratos de trabalho, que vencerão em junho e agosto, deixando a população da periferia desassistida. Na ocasião, o representante da prefeitura afirmou

que aguarda parecer do governo federal sobre o programa para a renovação. Haverá nova reunião em duas semanas para debater o andamento da situação. Ainda em 8 de maio, houve reunião na Câmara dos Vereadores para debater o assunto.

De acordo com Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), mesmo que existam críticas ao modelo do programa, é preciso que a prefeitura encontre alternativas para que não falem médicos na cidade, aumentando ainda mais o déficit de profissionais.

Botucatu

Simesp cobra de prefeito reajuste para salários defasados

O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, o prefeito de Botucatu, Mário Pardini, e o secretário da Saúde, André Gasparini Spadaro, se reuniram para debater o salário dos médicos servidores públicos municipais, que estão defasados. O encontro aconteceu no dia 9 de maio e a prefeitura ainda não tem uma proposta de reajuste salarial para os profissionais.

Após a reunião, foi realizada assembleia com os profissionais para debater o que foi discutido. “Enquanto a prefeitura elabora uma proposta, os médicos discutirão os próximos passos do movimento. Existe um alto déficit no salário dos médicos de Botucatu, o que prejudica a rede de saúde do município, já que não houve interessados no último concurso promovido pela gestão”, explicou Gatti.

Aposentômetro



Calculadora soma suas perdas na aposentadoria

Em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou o “Aposentômetro”, uma ferramenta que calcula as perdas que a reforma da previdência gerará para os trabalhadores. Para utilizar a ferramenta, basta acessar <http://aposentometro.org.br/>.

Filantrópica destrava o diálogo após intermediação da Justiça

A Santa Casa se viu obrigada a destravar as negociações com o Simesp e realizou uma reunião em abril após intermediação da Justiça do Trabalho para a demissão de 152 médicos. Alegando motivos financeiros, a Santa Casa disse ter voltado atrás na dispensa do montante de médicos e anunciou que só irá demitir 45 profissionais, não sendo nenhum deles da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da Santa Casa nem do pronto-socorro (PS) do Hospital Santa Isabel (braço privado da instituição). A enti-

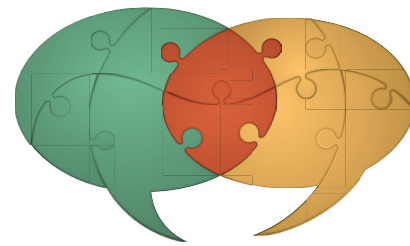
dade propôs a demissão de profissionais de setores cujos postos de trabalho serão extintos, como câmara hiperbárica, laboratório, plantão controlador, além de 13 postos de trabalho do Hospital São Luiz Gonzaga.

De acordo com o presidente do Simesp, Eder Gatti, o sindicato recebeu diversas denúncias de médicos, tanto da UTI da Santa Casa, quanto do PS do Hospital Santa Isabel, relatando sofrerem assédio para pedirem demissão. Por esse motivo, Gatti solicitou que haja uma mesa de reuniões

com a área técnica médica da entidade para debater condições de trabalho, além de assembleia com os profissionais nas dependências da filantrópica.

Demissões Paralelas

Depois do rompimento das negociações por parte da Santa Casa, cerca de 23 médicos da Santa Casa já se demitiram após negociação individual e paralela, segundo informações da própria entidade. Para Gatti, a filantrópica agiu para tumultuar o ambiente da instituição, com



o intuito de estimular médicos a pedirem demissão.

Ao anunciar que já havia negociado individualmente a demissão desses profissionais, a Santa Casa foi questionada pelo Ministério Público (MP), que investiga a situação. Segundo o MP, a entidade já tem condenação anterior por incentivar demissões em massa de forma individual.

SAMU

Comissão visita novas bases

A promotoria de Saúde Pública do Ministério Público Estadual (MPE) promoveu, em abril, uma audiência para debater a reorganização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Na tentativa de negociar o fim do desmonte do serviço sob mediação do MPE, ficou acordado que entidades de classe e a Secretaria indicariam representantes para uma comissão paritária de investigação do desmonte.

O grupo ficou responsável por visitar todas as unidades de saúde para onde foram transferidas as bases modulares do Samu que foram fechadas no processo de “descentralização” e produzir um relatório final sobre as infrações aos direitos trabalhistas e o prejuízo à assistência provocado pela reorganização.

Os funcionários do Samu, que não integram as equipes de suporte avançado de vida (SAV), estão em estado de greve pelo fim do desmonte e aprovarão em assembleia no Sindsep a suspensão



> Ato dos profissionais na sede do Samu dos atendimentos até o fim do trabalho de investigação.

Eleição de delegados sindicais

Ainda em abril, médicos do Samu se reuniram no sindicato para eleger os quatro delegados sindicais que representarão o Simesp nas negociações junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), além dos diretores e o presidente do sindicato.

Faixas em bases fechadas

Para alertar a população, os profissionais do Samu hastearam faixas nos locais que funcionavam as bases modulares que foram fechadas, como no Jardim Sarah, no Rio Pequeno, e no Parque Villa Lobos.

HSPM

Estrutura deteriorada e falta de funcionários

O Simesp apurou que os médicos, funcionários e pacientes do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) têm sofrido com a péssima estrutura predial. O setor de nutrição dietética (responsável pela alimentação dos pacientes) sofre com infestação de insetos. Há também demandas estruturais de reforma do sistema de encanamento e climatização, do qual depende setores como Centro Cirúrgico e Centro de Material e Esterilização (CME), e também do setor de raio-x, que estão deteriorados.

Segundo Juliana Salles, diretora do Simesp, os médicos do HSPM também têm sofrido com quadro de funcionários incompleto e as contratações para reposição de profissionais têm sido feitas por meio de contratos temporários, uma vez que os médicos aprovados em concurso no 1º

semestre de 2018 ainda não foram chamados.

O descaso com as reivindicações dos funcionários do HSPM motivou os servidores a realizarem uma manifestação no dia 5 de abril. Na ocasião, o grupo tentou encaminhar pauta de reivindicações ao superintendente do hospital. No ato, Flávia Anunciação, dirigente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo (Sindsep-SP), foi agredida física e verbalmente pelo superintendente, que se recusou a ouvir os funcionários.

O HSPM foi pensado para ser um hospital de referência para os servidores do município de São Paulo, mas atualmente atende à população central, uma vez que é o único pronto-socorro disponível a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) na região.



Reivindicações 2019

Pauta de reivindicações para a Campanha Salarial 2019

Foi definida a pauta de reivindicações para a Campanha Salarial de 2019 para médicos de hospitais privados, organizações sociais (OSs) e entidades filantrópicas.

Em assembleia plena extraordinária, convocada pelo Simesp, foram aprovadas cláusulas sociais históricas como a licença maternidade de seis meses e paternidade de 30 dias, além de um aumento 5% na remuneração de 2019, a título de reajuste salarial.

Neste ano, a necessidade de participação sindical nas homologações e a manutenção das cláusulas sociais por dois anos

também fazem parte da pauta de reivindicações. Assim, somente as cláusulas salariais seriam negociadas no ano seguinte.

“Diante do contexto político-social em que nos encontramos, só a negociação conjunta poderá trazer resultados benéficos para as condições de trabalho, além de melhoria salarial”, explica a diretora do Simesp, Juliana Salles.

A partir da aprovação da pauta de reivindicações na assembleia e, considerando a data base estabelecida como 1º de setembro, o Simesp passa a negociar com sindicatos patronais.

Na mídia



Simesp é destaque na Folha SP, Globonews e Record

Médicas terem salário menor que colegas homens foi tema de reportagem no jornal Folha de São Paulo. Em entrevista, Denize Ornelas, secretária geral do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), explicou que, apesar da presença numericamente crescente de mulheres, os espaços de poder não se abrem no mesmo ritmo, o que pode influenciar a remuneração. Já a desestruturação do Samu pautou reportagens nas TVs Globonews e Record, com entrevistas do diretor do Simesp, Gerson Salvador.

Sindhosfil

Acordo fechado no Vale do Paraíba

Médicos que trabalham em organizações sociais, santas casas e hospitais filantrópicos nas regiões do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Alta Mantiqueira terão reajuste salarial de 3,64%. A porcentagem do acordo firmado entre o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e o Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (Sindhosfil-VP) é equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mês de agosto de 2018. O sindicato garantiu a manutenção do poder de compra do médico mesmo em um ano de crise. Além do reajuste, os mé-

dicos também receberão 100% sobre as horas extras e 40% de adicional noturno.

A data-base da categoria é 1º de setembro. O reajuste será calculado sobre o salário pago em 31 de agosto de 2018 e o valor retroativo entrará nas folhas de pagamento dos meses de maio, junho, julho e agosto de 2019. O Simesp tem como norte não aceitar nenhum reajuste salarial abaixo da inflação. Nada, portanto, que contribua para o achatamento do salário do médico. Desde 2014 isso tem sido alcançado nas campanhas salariais.

Sindhclor

Simesp assina acordo coletivo com Sindhclor

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) fechou convenção coletiva de trabalho (CCT) com o Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios de Pesquisa e Análises Clínicas de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira e Osasco (Sindhclor).

Como as negociações não tinham avançado com o representante patronal em 2017, foram estabelecidos dois índices de reajuste, de 1,73% e de 3,64%, que correspondem ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC) de 2017 e 2018, respectivamente. A data estabelecida para o pagamento do reajuste foi até o 5º dia útil de junho.

Como diferencial, os direitos obtidos com as cláusulas sociais estabelecidas na convenção coletiva serão mantidas por dois anos.

Outra novidade é que os profissionais terão cinco dias por ano, consecutivos ou não, para a participação em congressos e eventos científicos. O médico também terá abono de uma falta por mês para participação do Simesp.

Processos de ética médica, sindicâncias e denúncias de erro médico: Simesp disponibiliza advogados especializados

Em situações difíceis nas quais os profissionais têm dúvidas sobre quem procurar, os médicos associados ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) podem contar com atendimento jurídico nas áreas civil, criminal e administrativa.

Além de esclarecer dúvidas, os advogados podem atender

e acompanhar o profissional em ações judiciais que envolvam denúncias de erro médico; questões de atendimento médico quando a parte contrária pleiteia indenização; situações éticas do dia a dia, como denúncias no Conselho Regional de Medicina (CRM); bem como assistência em fase de sindi-

câncias ético-profissionais e acompanhamento do médico em fases de inquérito policial e processual. Nessas situações, não deixe de marcar um atendimento com nossos advogados.

Telefone: (11) 3292-9147
WhatsApp: (11) 99111-5490
relacionamento@simesp.org.br



Direitos dos Médicos

O novo Código de Ética Médica e a telemedicina

Entenda as alterações trazidas após a nova regulamentação ter entrado em vigor, no dia 1º de maio



Quais são as alterações do novo Código de Ética Médica sobre a medicina à distância?

Embora tenha havido a tentativa do Conselho Federal de Medicina (CFM) em regulamentar a telemedicina no final do ano passado, uma das preocupações do novo código é coibir a atuação do médico por meio não presencial. A novidade é que, ante toda a discussão recente acerca do atendimento médico “telepresencial”, foi incluída no artigo 37 a proibição expressa ao profissional em realizar consulta, diagnóstico ou prescrição médica por qualquer meio de comunicação de massa. Também foi acrescentado ao mesmo artigo que o uso das mídias sociais deve seguir as normas determinadas pelo CFM.

Como era o artigo 37 antes?

O artigo sofreu alterações pontuais, mantendo a possibilidade da prescrição de tratamento e outros procedimentos sem que o médico examine diretamente o paciente. As situações previstas são em casos de urgência e emergência ou quando constatada a impossibilidade da realização da consulta pessoalmente. Fica determinado que o profissional, assim que ces-

sar o impedimento, deve imediatamente realizar o atendimento de forma presencial.

Qual é o objetivo dessas mudanças no novo Código?

Verifica-se o objetivo do novo Código de Ética Médica em orientar e combater a difusão de tratamentos e orientações médicas em massa que possam levar pessoas ao autodiagnóstico sem o devido exame médico pessoal e orientação individualizada.

Como devo agir?

Ainda que a telemedicina possua extrema urgência de regulamentação, tendo em vista o momento atual e as novas formas das relações pessoais e profissionais da sociedade, neste momento, aos médicos, é necessária a observância e plena cautela com as manifestações de cunho profissional nas mídias sociais e nos meios de comunicação virtuais até a devida regulamentação pelo CFM. Caso surjam dúvidas, não deixe de entrar em contato com departamento jurídico do Simesp pelo e-mail relacionamento@simesp.org.br, pelo telefone (11) 3292-9147 ou pelo WhatsApp (11) 99111-5490.

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: noticias@simesp.org.br <

“Os cortes estão atingindo o que já era o pior orçamento da década”

Jair Bolsonaro anunciou um corte em 30% no orçamento repassado a universidades federais para pagamento de despesas discricionárias (de custeio e investimento). Em contrapartida, o movimento estudantil se uniu a funcionários das universidades, entidades sindicais e outros setores da sociedade civil em manifestações nas capitais do país. Para explicar o impacto desse contingenciamento de verbas na medicina, conversamos com a psiquiatra Maria Cristina Pereira Lima, vice-diretora da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Para ela, “mesmo que não mate a nossa pesquisa, os cortes devem causar um impacto negativo muito grande”, uma vez que incidirão diretamente sobre os gastos com infraestrutura e insumos para pesquisas, além de bolsas de pós-graduação

Stéfanni Meneguesso Mota

Qual é o papel da universidade para a produção de conhecimento técnico na medicina?

É fundamental. Na verdade, mesmo uma pesquisa que não tenha aplicação direta para a medicina num primeiro momento, acaba se mostrando um avanço importante, como por exemplo os antibióticos e outros recursos mais avançados para a saúde. Além disso, a maior parte das pesquisas que acontecem não só no Brasil, mas em outros lugares do mundo, parte de recursos públicos e acontece nas universidades.

O congelamento de recursos também traz prejuízo à progressão da carreira acadêmica médica?

Sim. O médico, com todo respeito a todas as categorias profissionais, já demora para iniciar o curso e tem na graduação uma formação de seis anos. A avassaladora maioria faz especialização, levando mais tempo para concluir a residência médica. Quando chega lá na frente, toda a produção acadêmica dele já é atrasada por conta do longo processo de formação. Quando você não tem insumos, espaços

de pesquisa, isso prejudica quem busca uma formação de pós-graduação e pesquisador.

É importante destacar que a pesquisa é o que dá soberania a um país. É o que faz com que um país seja o mais independente possível, ou esteja num melhor patamar de negociação com outros países. A pesquisa é superimportante para o país como um todo.

“ Com os cortes, o grande gargalo da pesquisa é manter uma infraestrutura mínima ”

Como o corte afeta os avanços de tratamentos e pesquisas médicas que estão sendo desenvolvidas atualmente?

Todas as áreas têm prejuízo, mas, pensando nas áreas biológicas, muitas pesquisas dependem de processamento e análise de material biológico. Frequentemente, utilizamos freezers e equipamentos para a manutenção desses materiais e a manutenção não é barata. Assim, as universidades acabam tendo que fazer cortes em outras áreas pra honrar as despesas com



Acervo pessoal

> Maria Cristina Pereira Lima: “Com os cortes, o grande gargalo da pesquisa é manter uma infraestrutura mínima”

energia elétrica, por exemplo. Com os cortes, o grande gargalo da pesquisa é manter uma infraestrutura mínima. Não estamos falando de equipamentos caros ou capacitação de profissionais, falamos de equipamentos básicos como água e energia elétrica. Os cortes estão atingindo o que já era o pior orçamento da década, que já tornava custoso gerir a universidade.

De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, os principais cortes também incidem na implantação de hospitais universitários. Como isso compromete a formação dos novos médicos e atendimento à população local?

Os hospitais ligados às universidades são, em muitos lugares, a única referência para atendimentos de alta complexidade. O contingenciamento atingiu o custeio da água, luz, medicação, isso realmente pode afetar muito a população que é atendida nesses serviços a curto prazo. A médio e a longo prazo, o prejuízo à formação de médicos prejudica a população também.

O que podemos esperar do futuro da pesquisa se os cortes forem mantidos?

O que acaba acontecendo é que todo mundo fica muito receoso de começar novos projetos. Quando você entra num programa de pós-graduação, você conta com um

determinado número de bolsas. Por isso já se elabora um projeto de pesquisa amplo, que conte com vários alunos. Mas tudo isso recua na hora de avançar na produção de conhecimento, quem normalmente submeteria um projeto maior, opta por um projeto menor. A gente sofre aquilo que os economistas chamam de crise de confiança.

Qual seria o cenário ideal para o desenvolvimento de pesquisa e melhora progressiva da qualidade do ensino superior?

Aquilo que se busca como cenário desejável é o fomento à pesquisa independente. Sem fazer juízo de parcerias público-privadas, de apoio da indústria, mas precisamos de desenvolvimento de pesquisas por parte das universidades, ou mesmo por parte de institutos independentes. O Estado precisa priorizar saúde e educação, o profissional médico, bem formado, com senso crítico, com papel bem definido na pesquisa, é um profissional melhor. Isso é o que a sociedade civil está entedendo, acho que tem um lado bom nessa crise, é que está sendo divulgada a potência das universidades, o papel dos pesquisadores.

> Leia a matéria na íntegra em nosso site: <https://bit.ly/2KOzSqW>